

Açores recebem toda a quota nacional de goraz com 376 toneladas em 2026 e 419 toneladas em 2027

A Secretaria Regional do Mar e das Pescas publicou, em Jornal Oficial de 11 de fevereiro, a Portaria n.º 13/2025, que aprova o regulamento de fixação das capturas totais permitidas de goraz (Pagellus bogaraveo) para 2026 e 2027 e define as condições associadas para as embarcações registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores (RAA).

O diploma enquadra a gestão regional desta pescaria, apontando como objetivos vincular cada ilha a "práticas de sustentabilidade e responsabilidade" e assegurar uma distribuição "justa e equitativa" da quota, com mecanismos de gestão ajustados às dinâmicas locais.

O Regulamento (UE) n.º 2026/249 do Conselho, de 26 de janeiro de 2026, aprovou as possibilidades de pesca no Atlântico, da unidade populacional da espécie Goraz, para os anos de 2026 e 2027,

tendo fixado nas águas da União e águas Internacionais da subzona 10 do CIEM, um total admissível de capturas (TAC) de 382 toneladas e 426 toneladas respetivamente. A Portugal foi atribuída uma quota de 376 toneladas para o ano de 2026 e 419 toneladas para o ano de 2027, a qual é disponibilizada na totalidade à Região Autónoma dos Açores, atenta a série temporal de dados históricos de desembarques das embarcações.

A Portaria contém um primeiro anexo que prevê ainda a possibilidade de "flexibilidade interanual", permitindo adaptar a quota destes dois anos a um nível estável de capturas de até 398 toneladas por ano, nos termos do Regulamento Comunitário.

A repartição por ilhas, constante do segundo anexo da Portaria, atribui a maior parcela a São Miguel (30%), seguida da



Terceira (23%) e da Graciosa (12,5%). O regulamento estabelece que a repartição do volume de capturas por embarcação pode ser definida por despacho, com distribuição individual, trimestral ou semestral, e proíbe a captura de goraz por embarcações que não constem do despacho.

No controlo e execução da quota, o di-

ploma determina que o Serviço de Lotas dos Açores, S. A. (Lotaçor) deve fixar semanalmente dados estatísticos relativos à execução das quotas por ilha e por embarcação.

Atingidos os limites, a Lotaçor deixa de admitir goraz para primeira venda e passa a ser proibida a captura e comercialização

Inflação nos Açores abrange para 2,08% em Janeiro e fica abaixo do país

A inflação na Região Autónoma dos Açores (RAA), medida pela taxa de variação média dos últimos 12 meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC), fixou-se em 2,08% em janeiro de 2026, abaixo dos 2,13% registados no mês anterior e também inferior ao valor observado no país (2,28%).

Os dados foram divulgados pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), no âmbito do destaque a janeiro.

Em termos homólogos, o IPC regional ("total") registou uma variação de 1,90%, uma redução de 0,17 pontos percentuais face ao mês anterior, mantendo-se muito próximo do valor nacional (1,92%). Já a taxa de variação mensal foi negativa na RAA, com

o índice a recuar -0,28% em janeiro, enquanto no país a descida foi mais acentuada (-0,71%).

A evolução dos agregados especiais mostra comportamentos diferenciados. A inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) apresentou, nos Açores, uma variação média dos últimos 12 meses de 1,55% (depois de 1,59% no mês precedente). Nos produtos alimentares não transformados, a variação média acelerou para 4,54% (face a 4,27%), enquanto nos produtos energéticos abrandou para 4,67% (após 5,15%).

Por classes, as maiores variações médias positivas dos últimos 12 meses verificaram-se em "restaurantes e



serviços de alojamento" (7,30%), "habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis" (4,67%) e "saúde" (4,10%). Em sentido inverso, destacaram-se quedas médias em "informação e comunicação" (-2,51%), "vestuário e calçado" (-1,00%) e "lazer, recreação, desporto e cultura" (-0,09%).

Na variação homóloga por classes, as subidas mais expressivas ocorreram em "restaurantes e serviços de alojamento" (5,89%), "serviços de educação" (3,70%) e "saúde" (3,40%).

As maiores variações negativas foram registadas em "informação e comunicação" (-2,35%), "bebidas alcoólicas e tabaco" (-1,25%) e "lazer, recreação, desporto cultura" (-1,24%).

No comportamento mensal, o SREA identifica como influências mais significativas a contribuição positiva de "produtos alimentares e bebidas não alcoólicas" (1,77%) e a contribuição negativa de "vestuário e calçado" (-14,23%), num mês em que o índice total recuou -0,28% na RAA.

Secretário-Geral da NATO adia resposta sobre "questões dos Açores" e promete esclarecimento por escrito no Parlamento Europeu

O Secretário-Geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Mark Rutte, participou a 26 de janeiro de 2026 numa audição conjunta da Comissão dos Negócios Estrangeiros (AFET) e da Comissão da Segurança e da Defesa (SEDE) do Parlamento Europeu, em Bruxelas, centrada na guerra na Ucrânia, no reforço do investimento em defesa e na articulação entre a OTAN e a União Europeia (UE).

No debate com eurodeputados, e já na fase de respostas a um conjunto alargado de perguntas, Mark Rutte admitiu não estar em condições de comentar de imediato questões sobre os Açores que lhe foram colocadas, indicando que teria de "pensar um pouco" e que responderia posteriormente "por escrito".

Na intervenção inicial, o líder da NATO descreveu o inverno como par-



ticularmente duro para a população ucraniana, referindo temperaturas na ordem dos -20°C em Kiev, e sublinhou a continuidade dos ataques russos à infraestrutura civil. Mark Rutte destacou, por outro lado, as negociações de paz lideradas pelos Estados Unidos da América (EUA) e a necessidade de garantias de segurança "robustas" para evitar novos ataques, apontando a "Coalizão dos Dispostos", liderada pelo Reino Unido e pela França, como peça central na discussão sobre um quadro pós-acordo.

Defendeu ainda a manutenção do fluxo de armamento norte-americano para a Ucrânia, mencionando a iniciativa PURL como um dos mecanismos em curso, e advertiu para a dimensão das necessidades militares previstas para 2026, "pouco mais de 60 mil milhões de dólares".

No capítulo do investimento em defesa, Rutte recordou o compromisso assumido numa cimeira em Haia para elevar a meta para 5% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2035 e afirmou que a Europa e o Canadá terão de assumir mais responsabilidades na segurança coletiva.

Na sessão de perguntas e respostas, abordou também o dossier do Ártico e a crescente atividade russa e chinesa na região, bem como temas como mobilidade militar e produção industrial de defesa.

Foi neste quadro, já perto do final, que surgiu a referência direta aos Açores: confrontado com uma questão, o Secretário-Geral evitou "divagar" e comprometeu-se a prestar esclarecimentos posteriores por escrito.